

**FILOSOFIA É A BASE: PELA INSERÇÃO DA FILOSOFIA NA  
ESCOLA COMO APRENDIZAGEM ESSENCIAL**

**PHILOSOPHY IS THE BASIS: BY INSERTING PHILOSOPHY IN  
SCHOOL AS ESSENTIAL LEARNING**

*Nathalia Glaucia Alves Cunha<sup>1</sup>*  
*Hélio Alves Nascimento<sup>2</sup>*

Recebido: 08/2019  
Aprovado: 11/2019

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo discutir e abordar a importância da disciplina de Filosofia no ensino básico do Brasil, denunciando a falta de rigidez que configure sua prática efetiva nas instituições de ensino, face aos ataques no contexto da política brasileira, correlacionando com a atual gestão do novo presidente Jair Messias Bolsonaro através das investidas em suprimir silenciosamente a área da educação. Haja vista que, é interessante analisar como o poderio ideológico dá munição para a precarização do ensino. No mais, abordaremos também diretamente e com urgência a problematização da nova reforma da Base Curricular Comum que tira da base comum para o ensino no país, a Filosofia no processo de formação educacional, bem como testemunhar a favor da importância que o saber filosófico tem para a formação humana de sujeitos ativos, capazes de exercer o pensamento livre e crítico argumentativo, fundamentando a tomada de consciência para a educação no Brasil de uma sociedade que padece do empobrecimento da razão, frente a desmoralização das instituições de ensino básico e superior.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia; Educação Básica; Autonomia do Pensamento .

**Abstract:** This paper aims to discuss and address the importance of the discipline of Philosophy in basic education in Brazil, denouncing the lack of rigidity that configures its effective practice in educational institutions, given the attacks in the context of Brazilian politics, correlating with the current management of the president Jair Messias Bolsonaro through his efforts to quietly eliminate education. Considering that it is interesting to analyze how ideological power provides ammunition for the precariousness of education. In addition, we will also address directly and urgently the problematization of the new reform of the Common Curricular Basis that draws from the common basis for teaching in the country, Philosophy in the process of educational formation, as well as testifying in favor of the importance that philosophical knowledge has for the human formation of active subjects, capable of exercising free and critical argumentative thinking, underlining the awareness of the education in Brazil of a society that suffers from the impoverishment of reason, given the demoralization of primary and higher education institutions.

**Keywords:** Philosophy Teaching; Basic Education; Autonomy of Thought.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Piauí, Licencianda em Filosofia. E-mail: [natyglauucia39@gmail.com](mailto:natyglauucia39@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Piauí, Licenciando em Filosofia. E-mail: [helioalvesn@gmail.com](mailto:helioalvesn@gmail.com)

## **Introdução**

Este trabalho investiga o campo da Filosofia na educação refletidos no contexto histórico e atual, especificamente no Ensino Médio, questionando as contradições da base curricular comum como disciplina não obrigatória. É importante salientar também a promoção da Filosofia e sua subalternização por meio dos itinerários formativos. O problema referente a esses itinerários formativos onde a Filosofia está inserida mostra não só qual é o seu lugar no processo educacional, em razão de sua não prioridade na base, mas aponta por um viés errôneo que se caracteriza como autonomia escolar pela simples opção de dispensar ou não uma disciplina na proposta pedagógica de ensino. Buscamos compreender como é pautada essa autonomia.

Mediante a isso, a autonomia que melhor se revelaria seria na capacidade da escola em poder ser capaz de garantir para o aluno disciplinas essenciais para a formação para a vida em sociedade como é a Filosofia, desde a formação das primeiras redes públicas de ensino no Brasil. A escolha, quando feita pela escola antes mesmo de sido apresentada para os estudantes conseguirem efetivar suas escolhas, impede a oportunidade do aluno em conhecer, experimentar e se posicionar. Significa dizer que essa autonomia que se diz promover nas escolas para o ensino, se revela como um verdadeiro jogo de probabilidade em que pode ou não cair a Filosofia, cabendo à escola jogar os dados, intencionado pela nova reforma que pretendemos discutir. Em outras palavras, a preocupação se resume em discutir e problematizar quais são os critérios que fundamentam a não obrigatoriedade da Filosofia na base curricular que traça o caminho para toda rede de ensino no Brasil no decorrer dos últimos anos do Ensino Médio.

Desse modo, convidamos o leitor por meio desse diálogo e de explanação dos conceitos em volta da educação acerca do projeto que há de maior valor para o ser humano, a educação, não deixando de abordar seus atravessamentos políticos, éticos e filosóficos. Abordando a defesa do ensino de Filosofia e sua dimensão radical para o desenvolvimento de uma nação não somente pelo exercício de cidadania de uma sociedade democrática, mas que também faz um caráter dialógico frente às problemáticas do mundo e do pensamento compartilhado que oferece janelas para revermos nossos erros e assim, compor com uma visão mais ampla e multifacetada do ser humano.

## **O lugar da filosofia do ensino médio**

Estamos novamente vivendo um período de instabilidade com a disciplina de Filosofia nos currículos escolares do ensino médio brasileiro, que retira sua obrigatoriedade nesses três últimos anos decisivos de formação e preparo para a universidade e a vida fora da escola. Dessa forma, todas as disciplinas que são vistas como essenciais em relação a sua importância para a formação humana, como Português, Matemática e o Inglês, por exemplo, não foram sequer objeto de dúvida dentro da noção positiva e impactante de suas habilidades e competências a serem estudadas por alunas e alunos, dentro do processo educacional e da sua efetiva realização para com a realidade através do seu ensino na vida dos educandos.

Sabemos que o engajamento que as escolas têm nos últimos três anos do ensino médio é ainda maior, pois, sendo o fechamento de um ciclo pedagógico da educação básica, a etapa final. Alunas e alunos gozarão da aprendizagem dos saberes tidos no ensino médio como aqueles que estão aptos a exercê-las, visto que mergulharam no conteúdo das matérias dispostas. Compreendendo isso, os conhecimentos e as habilidades logo mais serão compartilhados com o mundo, a vida profissional e nas relações cotidianas em resposta ao suporte do aprendizado fornecido por uma base comum no qual a Filosofia não está inserida. Ela, assim como outros saberes, ficou subalternizada pela nova reforma da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de 2019, que pretende nortear toda a formação do ensino básico através de conhecimentos, competências e habilidades.

É na prática, em contato com diferentes realidades da educação no Brasil, na formação dos professores, do desenvolvimento de cada região, que a nova reforma na educação do Ensino Médio não se revela tão moderna e flexível para os alunos. Nessa tentativa da atual reforma, os educandos terão que escolher no mínimo um itinerário formativo para se aprofundarem, sendo que muitas matérias são disponibilizadas logo no primeiro ano do Ensino Básico trazendo uma grande novidade, dando a possibilidade de realizar o primeiro contato com a disciplina. Porém, ao precisarem escolher como será o arranjo de disciplinas nesse processo durante os demais anos, de que maneira esse aluno estará apto a escolher determinado itinerário sem antes ter tido algum contato com tais saberes? Claro, a oportunidade está posta pelos itinerários de fazer acontecer esse primeiro contato. No entanto, a escolha é anterior a experiência com as disciplinas fazendo com que o aluno faça sua escolha sem ao menos ter de fato confirmações suficientes para poder escolher.

No mais, suponhamos que, após certo aluno ter escolhido o itinerário e experienciado de fato o que as disciplinas oferecem, e por uma infelicidade tenha percebido que a escolha não

mais o agrada, como será feito o processo transitório para migrar para outro itinerário por não ter se identificado com a escolha anterior? São lacunas abertas que não asseguram ao aluno a possibilidade do erro, da experimentação, análise e oportunidade de mudança. Ele poderá voltar atrás? Se sim, como recuperar os assuntos já trabalhados no novo arranjo de disciplinas com a turma e o professor do novo itinerário em questão? Ao que parece, não foi levado em conta que o aluno está em constante descoberta e transformação, podendo fazer diversas escolhas ao longo de sua formação que ajudam a construir um caminho que afirme seu processo de erros e acertos.

Uma grande quantidade de alunos chega no último ano do Ensino Médio sem ao menos ter certeza da futura profissão ou, quando a tem, ainda há chance de mudar de ideia e escolher outra área que nada tem a ver com a formação trilhada no Ensino Médio. Ou seja, não podemos ignorar o constante desenvolvimento de consciência nos processos de transição que cada indivíduo carrega consigo, internamente e externamente. É relevante ressaltar que outra pedra no caminho da nova reforma é que, mesmo tendo os quatro itinerários formativos que possuem todas as disciplinas retiradas da obrigatoriedade, as escolas são obrigadas por lei a disponibilizar apenas dois desses itinerários formativos. Ou seja, caso a escola analise não poder disponibilizar todos os quatro itinerários que, segundo a BNCC, visam trazer autonomia para esse aluno poder escolher as matérias que o agradam, como fazer essa escolha de forma responsável para se aprofundar no conhecimento dessas disciplinas que não foram vistas antes e que estão fora da base comum? É preciso que sejam oferecidos instrumentos capazes que o auxiliem em suas escolhas. É não distante da natureza desses instrumentos, a Filosofia como fundante para o desenvolvimento de tantas ciências, carrega consigo capacidades que urge na tomada de consciência, ações, reflexões e criação de conceitos que o situe o cumprimento do espaço desse educando no mundo.

A retirada da disciplina de Filosofia aponta para vários problemas, visto que, ao acabar com a credibilidade da importância obrigatória da Filosofia e seu papel atuante na metodologia de ensino, perdemos a possibilidade transformadora de criar conceitos, papel genuinamente filosófico, podendo ser gestados no cerne do próprio brasilidade, evocando nesse momento de criação, fundamentais capacidades, tais como a construção de um pensamento rigoroso, crítico e original que faça um rasgo no caos da realidade a partir da ruptura com ideias fracas, mal fabricadas, sem o critério da argumentação lógica capaz de elaborar sentenças que apresenta-se na singularidade de cada indivíduo que originalmente espelhe o filosofar apontado aos problemas filosóficos dos diversos mundos vividos por esse aluno.

É muito importante que, dentro do mundo dos educandos, tenha-se claro para o

professor e para a Escola o respeito à importância das próprias riquezas vivenciais que os educandos carregam. Como afirma o pensador Paulo Freire: ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. O arcabouço teórico trazido pelo aluno, mesmo que de senso comum, é basilar para o salto na curiosidade epistemológica que fora estimulado pelo exercício do professor em respeitar esse mundo do indivíduo, dotado de idiossincrasias que resguardam suas potencialidades de ser humano e de sujeito na própria construção dos conceitos, revelando o engajamento sobre si e sobre o mundo. O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser (FREIRE, 1996, p. 88).

A partir do conceito, tem-se a aproximação de melhor dizer aquilo que ainda não foi fabricado pela capacidade filosófica do aluno em conceituar esse mundo, podendo começar com questões aparentemente simples, mas que desenvolvem um alto grau de complexidade lógico argumentativo. Este seria o resultado do livre exercício do pensamento, que apenas a Filosofia, desde Sócrates, lutou para manter-se livre das censuras, intolerâncias e autoritarismos que envergonha todo pensamento empobrecido. A propósito, como diz o filósofo Deleuze:

A filosofia serve para prejudicar a tolice, faz da tolice algo de vergonhoso. Não tem outra serventia a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento sob todas as suas formas. Existe alguma disciplina, além da filosofia, que se proponha a criticar todas as mistificações, quaisquer que sejam sua fonte e seu objetivo? Denunciar todas as ficções sem as quais as forças reativas não prevaleceriam. Denunciar, na mistificação, essa mistura de baixeza e tolice que forma tão bem a espantosa cumplicidade das vítimas e dos algozes. Fazer, enfim, do pensamento algo agressivo, ativo, afirmativo (DELEUZE, 1987, p. 87).

Decerto que, quando a Filosofia é importante para um país, as perguntas não causam medo, pelo contrário, os questionamentos revelam o alto grau de luminosidade das ideias de uma sociedade que não vive sob tutela, mas que escolheu ser livre na forma mais significativa do ser humano, através do pensamento, reflexivo-racional. O perguntar filosófico pretende enriquecer o sentido do questionamento e universalizar a dimensão das respostas. O interrogar filosófico não se satisfaz, pois, com a primeira tentativa de respostas, mas se constitui, fundamentalmente, no re-perguntar (CERLETTI, 2009, p. 24). Assim, quando os educandos se perguntam sobre seu lugar no mundo, sobre o que é a vida ou morte ou o que constitui seus quereres, aptidões, desejos e afetos, há nessas mentes um estímulo poderoso que não se perde com o tempo, ou seja, o estímulo do espanto que não se esgota oposto a um produto que tenha prazo de validade. Através da filosofia, e estando o aluno inserido no universo onde se aprende

a filosofar e o rigor da criticidade aos diferentes posicionamentos e conhecimentos no mundo, as questões que lhe aparecerem não serão tratadas como mero devaneio de um ócio qualquer por um pensamento inapto que não desenvolveu a capacidade de solucionar e investigar fielmente aquilo que se esconde na obviedade ou do calejo da técnica. Por conseguinte, qualquer disciplina poderia se encarregar de respondê-las muito bem dentro dos seus critérios valorativos de verdade aceito pela comunidade científica, mas sobretudo não da maneira conceitual que urge da realidade para dizer da mesma, que fez o conceito originar-se, dando abertura ao acontecimento da Filosofia se realizar ao incomodar toda a estrutura do real por deixar sempre em aberto a chance de interrogar o pensamento.

Como consequência de um ensino que valorize uma área tão antiga para a humanidade, extremamente basilar na tentativa de estabelecer as primeiras redes educacionais de ensinos no Brasil através dos Jesuítas, a Filosofia como matéria não subalternizada consolidada na comunidade escolar e no modo de vida da sociedade, faz desabrochar naturalmente a dúvida frente às questões que atravessam cada indivíduo pela experiência do corpo e da mente que fazem nascer tantos outros conhecimentos, bem como a reconfiguração de outros, muitas vezes ligados diretamente a Filosofia em seu caráter não alienante, mas dialógico, aberto a curiosidade, tendo sempre uma nova apreensão da realidade. Se nos atentarmos para a disciplina de Filosofia e compararmos todos os pré-requisitos para a formação do aluno no Ensino Médio colocados pela BNCC, veremos que o perfil dos educandos é que os tornem:

[...] Sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2019)

Assumindo essa perspectiva, a Filosofia seria capaz de se apropriar de todas essas capacidades, seja por meio da lógica, da ética, do pensamento crítico, da autonomia no filosofar através da criação de conceitos e sua personalidade criativa ou da fundamentação de decisões que se sustentem na tentativa de solucionar os problemas que lhe saltam a visão mediado por um olhar atento para os diversos contextos e suas implicações no mundo. Logo, não faz nenhum sentido sua não obrigatoriedade. É claro a brecha para a barbárie, para o pensamento ingênuo

que não está a espreita da realidade que vive sob o constante interrogar-se. Faz-se urgente levar a sério o que a ausência da Filosofia para a educação nas escolas possa reverberar, assumindo nossa responsabilidade com o projeto do esclarecimento de uma nação, a fim de não cambalearmos na obscuridade de nossas relações ao negligenciar a dispersão de saberes fundamentais sob o que há de mais precioso para a humanidade: a Educação.

### **Em defesa da filosofia: por uma visão crítica do cenário brasileiro atual**

Jair Messias Bolsonaro, presidente eleito do Brasil, em abril de 2019 tornou-se conhecido por suas posições controversas, por suas críticas à esquerda e, sobretudo, por ter classificado a tortura como uma prática legítima. Em diversos momentos de sua campanha eleitoral e antes dela, o mesmo apresenta discursos pautados em posicionamentos polêmicos e muitas vezes antidemocráticos, que vão desde à incitação à violência de grupos oprimidos e marginalizados, como povos nativos, mulheres e homossexuais. Tais posturas estão diretamente ligadas a um poderio ideológico que ainda revela concepções oriundas de regimes militares fascistas, que se revelam não apenas através dos pronunciamentos durante a candidatura política, como também por meio de ideias que norteiam a implantação de algumas políticas públicas brasileiras.

É também urgente ressaltar o perigo de como uma investida anticientificista tem tido ressonância através de líderes de diversas esferas do governo atual. Tentaremos refletir sobre determinadas posturas anti-intelectualistas que resultam também na supressão silenciosa de áreas da educação fundamentais à reflexão crítica e à formação de cidadãos livres, éticos e politicamente conscientes. Logo no primeiro ano do atual governo brasileiro, importantes dirigentes têm propagado uma série de afirmações graves que, acreditamos, apresentam consequências negativas na construção de políticas públicas que regem os princípios normativos em educação. Assim,

[...] se ideias absurdas sobre Terra plana, de que há não aquecimento global, se as desconfianças infundadas e acusações a pesquisadores que são tomados como investidos de disposições ideológicas são registradas até mesmo em ramos das chamadas “ciências duras”, imagine-se o significado dessa investida contra as humanidades e a Filosofia, que vivem em meio a polêmicas de diversas espécies (SENA JÚNIOR, 2019, p. 42).

Aqui se revela o ponto crítico de nossa preocupação enquanto futuros integrantes do

grupo de professores e pesquisadores brasileiros. Para além das dificuldades características dos cursos de licenciatura em Filosofia no país (baixos salários, falta de bibliotecas estruturadas, falta de incentivo maciço à pesquisa, etc.) desde governos anteriores, fica claro que nos últimos tempos uma onda de ataques tem sido proferida por uma ofensiva ideológica obscurantista que tende a desprezar problemas sociais debatidos atualmente em países democráticos de todo o mundo, que por sua vez estão diretamente relacionados ao desenvolvimento de um saber filosófico e reflexivo. Entre tantos dilemas contemporâneos, podemos citar no Brasil as discussões de gênero e sexualidade, a luta antimanicomial e o tratamento dos usuários de drogas, pautas indispensáveis à construção de um novo país.

No caso específico da Filosofia, há uma intensa preocupação quanto aos posicionamentos radicais que tentam explícita ou implicitamente suprimir o ensino de filosofia das escolas e universidades brasileiras. É o que se discute a partir das palavras do atual ministro da Educação:

Para o ministro da Educação do governo de Bolsonaro, o dinheiro público “que iria para faculdades como filosofia, sociologia” seriam agora colocados em faculdades “que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”, pois a coisa mais importante que o governo deve fazer, segundo disse, “é respeitar o dinheiro do pagador de imposto”. Então o investimento a ser feito deveria ser exclusivamente em habilidades, como ler, escrever e fazer conta, sendo a segunda coisa mais importante, aprender “um ofício que gere renda para a família” e que “melhore a sociedade em volta dela”, algo que a Filosofia e as humanidades, jamais seriam capazes de proporcionar. (SENA JÚNIOR, 2019, p. 42).

A partir de eventos como esse, não há como negar que há uma estreita relação entre o poder ideológico do Estado e a Educação do país. Nas palavras de Hannah Arendt (2011, p. 5) “o que faz com que a crise da educação seja tão especialmente aguda entre nós é o temperamento político do país”. No caso do Brasil, este “temperamento” encontra-se sob um viés obscurantista marcado por pontos problemáticos no que se refere ao atual debate em relação à importância das ciências humanas e, mais especificamente, da Filosofia como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Básico. Um desses pontos refere-se a um revisionismo ideológico que tende a deturpar e difamar claramente autores clássicos, gerando modificações em relação à interpretação acadêmica consensual de pensadores políticos essenciais à compreensão da liberdade humana no contexto social atual. Dentre estes autores podemos citar Karl Marx, filósofo alemão, criador de diversas teorias sobre a sociedade, a economia e a política e dentre elas a luta de classes, conceito essencial para compreendermos o

próprio contexto histórico de formação da sociedade brasileira.

O termo revisionismo também tem sido utilizado em muitos contextos como sinônimo de negacionismo, o que por sua vez é amplamente criticado por grande parte dos historiadores e cientistas políticos, por ser um método capaz de negar uma realidade empiricamente verificável. Este fato fez que com que o termo adquirisse, inclusive, um sentido pejorativo de falseamento e distorção da verdade. (MELO, 2014). Tais posturas anticientificistas têm preocupado cientistas, pesquisadores, artistas e intelectuais de todo o país, pois elas revelam tentativas de se negar a veracidade consensual de eventos históricos que marcaram e consolidaram a historiografia brasileira, como a ditadura militar de 1964, por exemplo. Posto isso, é preocupante a situação em que o país encontra-se diante de determinadas posturas oriundas de diversos setores do governo atual, que têm resultado no recrudescimento de discursos conservadores que expressam menos uma singularidade do que um aspecto autocrático, ou seja, discursos de escassa profundidade que se mostram hostis à liberdade de pensamento crítico, comum a uma sociedade democrática. Por essa razão, estamos de acordo com a ideia de que

[...] se o governo de Jair Bolsonaro ataca a ciência, as universidades e a inteligência do país, não é por outro motivo que não o seu conteúdo obscurantista e autoritário, conteúdo este que não permite que um governante que luta permanentemente contra os dados e evidências da realidade, e que passou toda a sua vida negando que tenha havido golpe e ditadura, e ainda por cima, que diz que nazismo é de esquerda, lide bem com historiadores e demais pesquisadores que comprovam justamente o oposto (SENA JÚNIOR, 2019, p. 43-4).

Ao contrário do que se tem difundido a respeito da Filosofia no Brasil dos últimos anos, um dos pilares deste campo do conhecimento baseia-se na construção de valores morais, éticos e políticos que tem como propósito maior a formação humana integral e a construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Por isso entendemos que apenas por meio de uma Educação Básica pautada numa reflexão geral sobre o bem moral, o conhecimento, a verdade, a realidade, a racionalidade é que conseguiremos retirar a grande parte dos cidadãos brasileiros de sua condição de minoridade. Quando na condição de instruído, o cidadão, fazendo uso de sua liberdade, incumbe-se da missão de compartilhar com os demais cidadãos seus pensamentos refletidos e bem intencionados contra a impropriedade ou mesmo injustiça, como aquelas citadas anteriormente. Em outras palavras apenas por meio da racionalidade, ponto fundamental na discussão filosófica, é que conseguiremos fazer com que nossos cidadãos atinjam sua

maioridade do pensamento, ou seja, passem a pensar por si próprios e façam, como garantia do estado, o uso de seu próprio entendimento, tornando-se cidadãos livres e autônomos. (KANT, 1987)

O que, portanto, pretendemos expor neste artigo é que, orientados pelos princípios afirmativos necessários à conduta humana, ao respeito à lei moral e ao uso do pensamento crítico, vemos que a Filosofia se mostra com um instrumento basilar na construção e formação de cidadãos que sejam politicamente conscientes e livres. É importante ressaltar que tais valores filosóficos se baseiam em princípios que norteiam a própria constituição federal no art. 206 da CF/88:

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] (BRASIL, 1988, p.126).

Por conseguinte, mostra-se valiosa a tentativa de repensar a posição da Filosofia na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Filosofia, popularmente reconhecida como “mãe de todas as ciências”, deveria consistir na base normativa da educação brasileira, ou seja, numa área de conhecimento e/ou etapa da escolaridade básica de qualquer instituição que preze pela formação integral e pelo adequado desenvolvimento das quatro áreas determinadas pela LDB. (BRASIL, 2009). Dito de outro modo, devemos repensar o papel da Filosofia como expressão de um direito comum a todos os cidadãos brasileiros independente do contexto ou da realidade em que estão inseridos. A Filosofia, dessa maneira, não deve ser pensada apenas como uma formação complementar, ou como itinerário formativo, pois como consta na própria BNCC, ela, juntamente com a Sociologia, promove “[...] uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana” (BRASIL, 2017, p. 472).

### **Considerações finais.**

O ensino de Filosofia nas escolas brasileiras vive uma história de inconstância e vulnerabilidade, defrontando-se com sucessivas introduções e retiradas que vão desde o período de sua inserção no Brasil (pelos jesuítas no século XVII, quando era reduzida a um caráter doutrinário e confessional) até o período atual. É interessante observar que o cenário do ensino

de Filosofia em toda a história do país sempre esteve sob a ameaça implícita ou explícita, desde os períodos das ditaduras até o período de redemocratização. Apenas em 2008 a Filosofia foi reconhecida como disciplina específica nos currículos do ensino médio, mas, ainda assim, relegada a condições de efetuação imprecisas (CARVALHO, CORNELLI, PRAUN, 2013). Se adentrarmos a história do país, durante o período da Ditadura militar notaremos que nem sempre as invectivas contra o ensino de Filosofia, como disciplina normativa dos currículos na Educação básica, aconteceram de forma explícita. Este é ponto problemático na história da Educação de nosso país. E ainda hoje é notório que as disciplinas de Filosofia carecem de princípios rigorosos que legitimem sua permanência nos currículos escolares. A atividade filosófica deveria constituir-se como urdidura da atividade democrática, pois é começando pelo pensamento crítico, questionador do mundo e da realidade, da cultura e dos valores morais e éticos, é começando, enfim, pelo filosofar, que seremos capazes de construir uma sociedade justa e livre.

De todo modo é importante salientar que não se trata, nessa discussão, de acusar os idealizadores da nova BNCC de qualquer tipo de ação antidemocrática. Utilizando-nos do uso livre da razão, cabe a nós, cidadãos, alunos, professores e pesquisadores, problematizarmos e refletirmos por meio de um debate público a resistência da disciplina de Filosofia como unidade curricular nas escolas e no ensino básico em geral. Faremos isso quando nos debruçarmos sobre as falhas cometidas no passado que ainda mantém a Filosofia num cenário de incertezas e instabilidades.

## Referências

ADORNO, Theodor. **A Educação Contra a Barbárie**. 1968

ARENDT, H. A crise na educação. In: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. Parecer nº 11, de 30 de junho de 2009. **Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio**. Diário Oficial da

União, Brasília, 25 de agosto de 2009, Seção 1, p.11. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1685-pcp011-09-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (Terceira Versão)**. Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CERLETTI, Alejandro. **O Ensino de Filosofia Como Problema Filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CARVALHO, M.; CORNELLI, G.; PRAUN, Luci. **Filosofia e formação, volume 1**. Cuiabá, MT : Central de Texto, 2013

COSTA, R. C. da; Subtil, M. J. D. A ditadura militar no brasil e a proibição do ensino de filosofia: entre o tecnicismo e a subversão política. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 2, p. 29-41, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/28805>>, acesso em: 22 nov. 2019.

DUTRA, Jorge da Cunha. Resgate Histórico do Ensino de Filosofia nas Escolas Brasileiras: do Século XVI ao Século XXI. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.85-93, jan./jul, 2010.

FAVARETTO, Celso F. Sobre o ensino de Filosofia. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 97-102, jan./jun., 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/issue/view/2471>>, acesso em: 22 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessário á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? In: \_\_\_\_\_. **Textos Seletos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p 100-117.

MELO, Demian B. de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PORFÍRIO, Francisco. **"Paulo Freire"**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/paulo-freire.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SENA JÚNIOR, C. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profascista contra a inteligência e a ciência no brasil. **Cadernos Do GPOSSHE On-Line**, v. 2 (Especial), p. 21-49. 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1987>>, acesso em: 22 nov. 2019.